



Vol. 17, nº 2 (2019)

“DIÁRIO DE BITITA” OU “UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS”: PÓS-ABOLIÇÃO E NARRATIVA EM CAROLINA MARIA DE JESUS

“DIÁRIO DE BITITA” OR “A BRAZIL FOR BRAZILIANS”: POST-ABOLITION AND NARRATIVE IN CAROLINA MARIA DE JESUS

Fernanda R. Miranda¹

Recebimento do texto: 25/09/2019

Data de aceite: 08/11/2019

RESUMO: O artigo aborda a obra póstuma de Carolina Maria de Jesus, “Diário de Bitita” (1986), publicada primeiro na França e depois traduzida para o português e publicado no Brasil. Trata-se de uma narrativa organizada no intermédio entre escrita da História e autoficção de si, aspectos já antecipados no título original escolhido pela autora. A obra articula a escrita da memória na elaboração narrativa da experiência histórica do pós-abolição, tencionando a pertença do sujeito negro à nação.

PALAVRAS-CHAVE: Carolina Maria de Jesus; Diário de Bitita; História; Experiência.

ABSTRACT: The paper addresses the posthumous work of Carolina Maria de Jesus, “Diário de Bitita” (1986), first published in France and then translated into portuguese and published in Brazil. It is a narrative organized between history writing and self-fiction, aspects already anticipated in the original title chosen by the author. The book articulates the writing of memory in the narrative elaboration of the post-abolition historical experience, intending the black subject's belonging to the nation.

KEYWORDS: Carolina Maria de Jesus; Diário de Bitita; History; Experience.

¹ Doutora em letras - USP. Contato: fernandaromira@gmail.com



Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. Era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás (CONCEIÇÃO EVARISTO, “*Ponciá Vicêncio*”).

“*Diário de Bitita*” é uma publicação póstuma, lançada em 1982 (cinco anos depois da morte da autora, ocorrida em 1977), primeiro na França e em língua francesa e depois traduzida e publicada no Brasil, em 1986². A despeito do título, é um romance, cujo roteiro elabora narrativamente as memórias de Carolina menina, recompondo a infância em Sacramento e a juventude nos arredores do interior mineiro e paulista na primeira ou segunda década do século³, e seguindo até as vésperas da sua chegada à capital de São Paulo, em 1937, palco das experiências narradas em *Quarto de despejo, diário de uma favelada* (1960).

O título do livro representa uma dupla tradução. Primeiro, uma tradução literal do “*Journal de Bitita*” francês. Segundo, uma tradução tendenciosa, que aciona um modo de ler a autora a partir do horizonte interpretativo gerado com o *diário de uma favelada*. O título original do romance dado por Carolina – “*Minha vida ou Um Brasil para os brasileiros*”, abrigava, por outro lado, tanto a dimensão da escrita de si como a perspectiva da escrita da História, marcada por um sentido de reivindicação da nação por parte do sujeito negro marginalizado. De fato, a narrativa

² A publicação de *Diário de Bitita* é devida à visita que Carolina Maria de Jesus recebeu de duas jornalistas que foram entrevistá-la em seu sítio, em Parelheiros, em meados dos anos 1970. Carolina entregou a Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa os manuscritos e elas tornaram-se responsáveis pelo trabalho de editoração e publicação. Em 1975, retornaram à França levando, junto com entrevistas gravadas, os originais do livro de Carolina Maria de Jesus, que foi traduzido para o francês e denominado “diário”, dado o sucesso que *Quarto de despejo* alcançara na Europa. (Castro & Machado, 2007, p. 120). Lançado na França em 1982 com o título *Journal de Bitita*, apenas em 1986 a Nova Fronteira comprou os direitos de edição e traduziu a obra para o português, sob o título *Diário de Bitita*. Os originais destes cadernos atualmente se encontram no Instituto Moreira Salles.

³ A data precisa do seu nascimento é desconhecida: “No dia 27 de agosto de 1927 o vovô faleceu. Minha mãe disse-me que eu estava com seis anos. Será que eu nasci no ano de 1921? Há os que dizem que nasci no ano de 1914”. (Jesus, 1986, p. 120).



de Bitita formaliza exatamente o enunciado no título original da autora: através da escrita da memória, tece um olhar amplo sobre a experiência negra no pós-abolição. Olhar que filtra, principalmente, a exclusão do sujeito negro à nação como fator nuclear da manutenção da colonialidade nacional.

O fato do livro ter sido publicado primeiro na Europa e depois traduzido para o português do Brasil talvez explique algumas especificidades desse texto em relação às demais obras publicadas da autora. Em primeiro lugar, ele se diferencia em relação à grafia, pois passou por revisão ortográfica, e portanto, não apresenta as rupturas com a norma culta da língua impressas nas obras anteriores. Diferente dos outros, é limpo de conteúdos paratextuais, não tem prefácio nem outra apresentação, apenas uma orelha, sem autoria, da qual destaco um trecho:

Assim como a outra grande obra de Maria Carolina, **este livro não é fruto de uma preocupação artística** – são apontamentos escritos nas horas livres de uma trabalhadora, uma mulher negra, nascida no interior de Minas Gerais na primeira ou segunda década do século, criada na miséria, vítima constante do preconceito. Mesmo assim, ou por isso mesmo, sua inteligência e sensibilidade, a consciência que tem de si própria e sua curiosidade frente ao mundo que a cerca fazem deste livro mais do que um testemunho. Pois, **inseparável da história pessoal da autora, aparece aqui uma outra face da História, protagonizada por todos aqueles que a constroem sem que possam, contudo, escrevê-la.** (In: JESUS, 1986, s/p. Grifos meus).

São notáveis aqui os ecos da recepção anterior, constringendo a capacidade de reflexão, pensamento e consciência da intencionalidade literária da autora em razão das condições materiais de produção. A dimensão valorativa está salientada na tipificação (sem explicações) da escrita como apontamento, gerada no intervalo das atividades diárias, isenta de “preocupação artística”, sem elaboração: fixação flagrante das condições de produção de *Quarto de despejo*. Ainda assim, a nota final destacada no excerto se aproxima bem do caráter da obra, ao considerar que há nela um atravessamento entre escrita de si e escrita da História.



Diário de Bitita é uma formulação narrativa da experiência histórica negra no Brasil pós-abolição. Concentrando uma síntese da manutenção das estruturas escravocratas após o término da escravidão a partir da narração do cotidiano de Bitita e de sua comunidade, a narrativa desnuda um mundo social regido por uma dinâmica estritamente racializada, dividida entre sujeitos configurados pela razão colonialista. Aspectos históricos dos primeiros tempos da República (como a substituição da mão de obra afro-brasileira pela estrangeira; os primeiros acessos de crianças negras à escola; as relações de apadrinhamento; o sistema de colonato; etc.) compõe as memórias textualizadas na ficção, alçando-as à enunciação da experiência histórica negra no pós-abolição.

O fato da narrativa ser composta na forma de um caderno de memórias potencializa a estética-do-corta-silêncio, da qual emergem contramemórias coloniais. *Diário de Bitita* é tecido como uma colcha de retalhos, costurando diversos pedaços de histórias e vivências de pessoas, que, juntas, formam um quadro plural e complexo donde é possível apreender a configuração do Brasil rural pós-colonial através da fala do sujeito negro. Memórias situadas numa primeira pessoa irredutível, performática e linearmente composta. Organizando a vida em capítulos de um cotidiano permeado pela diferenciação social, o racismo estrutural e a violência em diversos níveis.

O romance realça um quadro social e político onde a raça era a categoria central que articulava a pertença ou não do sujeito à nação. A ampla exclusão do negro ao *status* de cidadão após 1888 é narrada por meio de diversos aspectos, passando pelo analfabetismo da população, a permanência do trabalho escravo, a dificuldade de acesso a equipamentos públicos de forma geral, o racismo sistêmico.

A narrativa espelha essa conjuntura através do olhar de uma menina negra, o que amplifica sua característica questionadora, pois, diferente dos adultos, a criança é notadamente alguém que faz perguntas, que interroga sem receios tudo ao seu redor,



desestabilizando aquilo que já compunha a “normalidade” das coisas. A liberdade de fazer perguntas é o traço que caracteriza Bitita, além da sua pele preta.

Bitita é uma menina de pele escura. Esse dado da sua negritude é constantemente destacado na narrativa, que acentua a todo tempo a linha de cor como um aspecto tácito da diferenciação social e do acesso fracionado à cidadania. Bitita passou a infância sendo racialmente inferiorizada. “*Quando alguém ia me xingar era: – Negrinha! Negrinha!*” (p. 74). “*Dona Cota, espanca esta negrinha! Que menina cacete. Macaca*” (p. 11). “*Que negrinha feia! Além de feia, antipática. Se fosse minha filha eu matava.*” (p. 11). Essa violência em torno do seu corpo negro pauta a subjetividade da menina: “*Um dia perguntei a minha mãe: – Mamãe eu sou gente ou bicho? – Você é gente minha filha! – O que é ser gente? A minha mãe não respondeu*”. (p. 10). A raça e o racismo comparecem na narrativa de forma transversal e sob vários pontos de vista. “*Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam: – Negrinha! Negrinha fedida!*” (p. 92). No texto, estão grafados a dor, a violência, a revolta e o revide: “*Não compreendi, mas achei isso tão confuso! Por causa dos meninos brancos criticarem o nosso cabelo: – Cabelo pixaim! Cabelo duro! Eu lutava para fazer os meus cabelos crescerem. Era uma luta inútil. O negro é filho de macaco. Que vontade de jogar pedras*” (p. 92). Dessa forma, vão-se amalgamando diversos discursos em torno da experiência histórica negra que formam contramemórias coloniais, emergindo em períodos curtos, sintéticos, diretos – como se fossem pedras atiradas na

A narrativa enreda hierarquias de gênero, raciais e de classe, movimentando o interior dos processos históricos de sujeição e enfrentamento continuados desde a escravidão. Como uma colcha de retalhos, esse enredamento costura – e exige do



leitor – um olhar interseccional acerca dos lugares de assujeitamento/dominação⁴, e o que os mesmos significam dentro do jogo de forças sociais que sustenta hierarquias e desigualdades.

Vivendo um contexto desigual, hierárquico e profundamente racializado, a menina Bitita experimenta o mundo a partir de um constante rompimento dos limites de agência definidos. Assim, a intersecção entre raça e gênero limitando o alcance de sua agência faz com que a menina inicialmente se torne dissidente da condição de mulher para tornar-se sujeito:

No mato eu vi um homem cortar uma árvore. Fiquei com inveja e decidi ser homem para ter forças. Fui procurar a minha mãe e supliquei-lhe: – Mamãe... eu quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Vamos mamãe! Faça eu virar homem! – Vai deitar-se. Amanhã, quando despertar, você já virou homem. (...) Deitei e adormeci. Quando despertei, fui procurar a minha mãe e lamentei. – Eu não virei homem! A senhora me enganou. (...) Seguiu a minha mãe por todos os cantos, chorando e pedindo: – eu quero virar homem! Eu quero virar homem. Falava o dia todo. (...) Minha mãe tolerava e dizia: – Quando você ver o arco-íris, você passa por debaixo dele que você vira homem (...). Minha mãe falava pouco. – Por que é que você quer virar homem? – Quero ter a força que tem um homem. O homem pode cortar uma árvore com machado. Quero ter a coragem que tem um homem. Ele anda nas matas e não tem medo de cobras. O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar (JESUS, 1986, p. 11-2).

Noutro momento, ela enfrenta o filho do juiz, que mandava na cidade, e discursivamente declina de seu lugar de gênero, posto que, naquele contexto (como é flagrante em diversas passagens do romance), a igualdade entre uma mulher negra pobre e um homem branco rico não estava disponível:

⁴ Lembrando as palavras de Kimberle Crenshaw: “Onde os sistemas de raça, gênero e dominação de classe convergem, como ocorre nas experiências de mulheres não-brancas, as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências das mulheres que não compartilham a mesma classe ou raça de fundo serão de ajuda limitada para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentam obstáculos diferentes” (CRENSHAW, 1991).



Um dia, eu andava pelas ruas, ia contente. Ganhei uma lima e ia oferecer a minha mãe quando apareceu o Humbertinho e me tomou a lima. Chorei. Ele era branco. Tinha servido no exército. Quando eu encontrava-o, xingava: – Me dá minha lima! (...) **Todos temiam-no, ele era filho do juiz. E o juiz manda prender.** (...) Uma tarde quando eu passava na frente da sua casa, ele abordou-me e me jogou várias limas no rosto, nas pernas. Que dor! Então eu xinguei: – Cachorro ordinário, ninguém aqui gosta de você! Vai embora, você é um sujo. Foram contar ao doutor Brand que foi ver a nossa discussão. (..) O doutor Brand interferiu: – Você não tem educação? – Eu tenho. O teu filho que não tem. – Cala a boca. Eu posso te internar. Para o seu filho fazer porcaria em mim como faz com as meninas que o senhor recolhe? (...) Foram avisar a minha mãe que eu estava brigando com doutor Brand. Foram avisar os soldados. O povo corria para ver a briga. Quando o Doutor Brand caminhou na minha direção, não corri e ele não me bateu. Minha mãe puxou-me: – Cala a boca cadela! Gritei: – **Deixa, isto aqui é uma briga de homem com homem.** (JESUS, 1986, p. 28, grifos meus).

O Humbertinho se emparelha com a protagonista de outro romance de Carolina Maria de Jesus, Maria Clara, do romance *Pedaços da fome* (1963), no qual a autora elabora seu olhar sobre os privilégios históricos que sustentam o poder da branquitude no Brasil. Ambas as personagens estão situados no mesmo lugar de poder da branquitude brasileira. O doutor Brand, pai de Humbertinho, é, no enredo de *Diário de Bitita*, a representação da masculinidade branca hegemônica dominante: agora não mais o coronel, e sim o juiz. Em *Pedaços da fome*, a autora centraliza a ficção no protagonismo da jovem branca; em *Diário de Bitita*, personagens brancas são periféricas, aparecem de passagem, mas sua passagem demarca nitidamente a lógica mandonista colonial operante, num *reload* do senhor de escravo que passa de pai para filho.

A autoridade do juiz se pauta em uma configuração que mantém a estrutura colonialista ativa: por um lado, a narradora mostra os negros tendo que lidar incessantemente com os resquícios da escravidão, por outro, mostra o lugar do senhor de escravos atualizado na ordem de dominação do presente narrado. Assim, o



juiz, como atualização do lugar do senhor na ordem colonial⁵, corresponde ao lugar da lei de forma mais ampla no agenciamento da opressão sobre a comunidade negra. Soldados aparecem o tempo inteiro na narrativa, agentes cotidianos da dominação oficial. Não por acaso, o episódio em que Bitita enfrenta o juiz é narrado imediatamente depois da narração da prisão da mãe de sua mãe.

Minha mãe lavava roupa por dia e ganhava cinco mil-réis. Levava-me com ela. (...) O meu olhar ficava circulando através das vidraças olhando os patrões comer na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos. Um dia minha mãe estava lavando roupa. (...) Os policiais prenderam-na. Fiquei nervosa. Mas não podia dizer nada. **Se reclamasse o soldado me batia com um chicote de borracha.** (...) Quando o meu irmão soube que a mamãe estava presa começou a chorar. Rodávamos ao redor da cadeia chorando. À meia-noite resolveram soltá-lo. Ficamos alegres. Ela nos agradeceu depois chorou. Eu pensava: “**é só as pretas que vão presas**” (JESUS, 1986, p. 27, grifos meus).

Mulheres negras sendo presas sem razão (ou melhor, dentro de uma (ir)racionalidade racista) e a permanência do chicote – macro símbolo da opressão dos senhores de escravos. “*Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro. E muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos. Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto*” (p. 52, grifos meus). Assim como este, muitos outros episódios da narrativa acentuam a arbitrariedade da punição que pessoas negras sofriam, apenas por serem negras. “*Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala*” (p. 56).

Uma sociedade racista, (retro)alimentada pela condição subalterna dos próprios atores que executavam a opressão, oprimidos também: “*Para prender alguém é preciso existir motivos. O que eu não posso compreender é como eles podem aceitar o tipo analfabeto para ser policial. De duzentos homens, apenas dez*

⁵ Não por acaso, a esposa do juiz, que não tem nome próprio, é chamada de “dona Sinhá” (p. 30).



sabiam ler. O último recurso era aceitar o policial analfabeto. Quando eles recebiam faziam uma cruz, para provar que haviam recebido o soldo” (p. 28). No meio dessa sociedade racialmente estratificada, a autora/narradora/personagem identifica apenas uma via de escape: o estudo. “*Não tinha um preto culto para nos falar da escravidão, para incentivar a raça”* (p. 93, 94).

É justamente na leitura, ou melhor, no acesso ao conhecimento, que Bitita se apoia para enfrentar tal ordem de coisas. O confronto à supremacia branca representada pelo juiz chega ao fim com Bitita vitoriosa e o juiz declarando que abandonaria a cidade, o que torna a menina uma heroína da comunidade. Manipulando conteúdos que a informavam da condição do seu povo, ela sai vencedora da contenda porque diz ao branco qual tipo de comportamento o branco deveria ter, isto é, como ele deveria proceder diante do seu lugar de poder.

Quando ele ia me bater, eu disse-lhe: – O Rui Barbosa falou que os bancos não devem roubar, não deve matar. Não devem prevalecer porque é o branco quem predomina. A chave do mundo está nas mãos dos brancos, o branco tem que ser superior para dar o exemplo. O branco tem que ser semelhante ao maestro na orquestra. **O branco tem que andar na linha.** O Doutor Brand, disse: – Vamos parar, eu vou deixar a sua cidade (JESUS, 1986, pp. 28-9, grifos meus).

O revide de Bitita representa um revide da comunidade, que se sente libertada: “– *Que menina inteligente, nos defendeu! Limpou a cidade.*” (p. 30). Em resposta às explicações elencadas que pudessem justificar a coragem da menina, ela diz que fora impelida a agir porque estava consciente e informada: “*Diziam que foram as palavras de Rui Barbosa, que mencionei, que fizeram o juiz retroceder. Que eu falava por intermédio de um espírito. É que eu ouvia o senhor Nogueira ler O Estado de São Paulo.*” (p. 30). Assim, a leitura não significa, do ponto de vista de Bitita, apenas a decodificação de letras e sílabas, (visto que a própria menina não era



alfabetizada neste momento da narrativa) mas sim, a capacidade de ler/compreender o contexto ao redor e articulá-lo dentro da própria história.

No ano de 1925, as escolas admitiam as alunas negras. Mas, quando as alunas negras voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos. As professoras aceitavam os alunos pretos por imposição. Mas se o nego não passava de ano as mães iam procurar as professoras e diziam: – A senhora não deixou meu filho entrar no segundo ano porque ele é negro, mas ele já sabe ler e escrever (...). As professoras não respondiam (...). Depois exclamavam: – Os abolicionistas, vejam o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual. Eu, na época da abolição, tinha mandado toda essa gente repugnante de volta para a África (JESUS, 1986, pp. 38-9).

A própria história do letramento de Bitita reflete o lugar de poder branco na ordem colonial: ela se matriculou porque a patroa de sua mãe mandou. “*Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos. Por isso ela devia enviar-me à escola, para não desgostar a dona Maria leite*” (p. 123). Bitita frequentou a sala de aula por dois únicos anos, quando lá entrou pela primeira vez, fora recebida pelas ofensas discriminatórias dos colegas: “*Que negrinha feia!*”, “*Que olhos grandes, parece sapo*” (JESUS, 1986, p. 122). Mesmo opressor, a escola é um espaço absolutamente central na perspectiva de romper a subalternidade. Neste espaço, a menina aprendeu mais do que decodificar os signos alfabéticos: foi na escola que descobriu seu nome próprio:

Eu gosto de ser obedecida. Está ouvindo-me, dona Carolina Maria de Jesus! Fiquei furiosa e respondi com insolência: – O meu nome é Bitita. – O teu nome é Carolina Maria de Jesus. Era a primeira vez que eu ouvia pronunciar o meu nome. – Eu não quero este nome, vou trocá-lo por outro. A professora deu-me umas reguadas na perna, parei de chorar (JESUS, 1986, p. 124, grifos meus).

Saber ler era um ato tão transgressor e controlado naquele contexto que Bitita chega a ser presa, por soldados analfabetos, pelo *crime* de ser pega lendo um grande



livro. A referência ao letramento acompanha a narrativa inteira, especialmente com intuito de defender que a saída para a estagnação da comunidade negra estava na escolarização – um aspecto especialmente caro a Carolina Maria de Jesus.

Para salientar a racialização dos acessos, Carolina tenciona outro elemento de impacto para deslindar a configuração racista que pautava a categoria de sujeito nacional, mostrando como dentro dessa categoria havia uma disputa racial. Dessa vez, ela complexifica o quadro contrastando a marginalização do negro no contexto pós-abolição em comparação com o elemento estrangeiro.

O senhor Manuel Nogueira passava o dia com os brancos por que era oficial de justiça. E no entardecer ele sentava na porta de sua casa, e lia o jornal *O Estado de São Paulo* para nós ouvirmos trechos que foram ditos pelo Rio Barbosa; por exemplo, que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivar. Mas este projeto não foi aprovado na Câmara (JESUS, 1986, p. 40).

A questão da imigração europeia é posta em relevo para iluminar a condição de estagnação social do negro como resultado de um **investimento da nação**. *“Minha tia Claudimira trabalhava para os sírios que vinham como imigrantes para o Brasil. E aqui conseguiam até empregada. (...) Pensei: “Será que o Brasil vai ser sempre bom como eles dizem? Porque será que o estrangeiro chega pobre aqui e fica rico? E nós, os naturais, aqui nós nascemos, aqui nós vivemos e morremos pobres?”* (p. 61). Elencando dados históricos com aspectos da vivência, a narrativa desenha, com contornos interseccionais, um quadro estrutural de desigualdade:

O Brasil abriu imigração para Itália. Íamos receber seis mil italianos (...). Eles vinham para ser colonos, iam arrendar as terras dos fazendeiros, para plantações. E os brasileiros tinham que respeitá-los. Quando os italianos chegaram, viram que o único braço ao seu alcance para auxiliá-lo era o braço negro. Os italianos que vieram foram selecionados. Sadios, bons dentes e sabiam ler. (...) Que alívio para os negros! Trabalhando para os italianos eles ganhavam um mil-réis por dia. No fim da semana, que dinheirão! (...) **Os negros compravam sapatos** (...). Para os italianos não faltavam os camaradas, porque eles eram educados e carinhosos com os



negros. Quando os italianos faziam bailes aos sábados, deixavam suas filhas dançar com os negros, que ficavam envaidecidos. E no domingo eles reuniam-se nas esquinas para comentar: – Eu dancei com a Concheta. Eu dancei com a Pina. Na segunda-feira o negro que dançou com a Concheta o negro que dançou com a pena trabalhariam como se fossem quatro homens. (...) **Os italianos, de colonos, foram transformando-se em fazendeiros**, compravam áreas nas grandes cidades. Construíam casas para aluga-las, vilas. **Mandavam nas cidades** e viviam com os rendimentos dos aluguéis. **No alto das casas moravam os donos. Nos porões, moravam os pretos.** (JESUS, 1986, pp. 40-42, grifos meus.)

Enquanto os italianos galgavam rapidamente sua ascensão, os negros ainda compravam sapatos – um símbolo que remete imediatamente à condição anteriormente descalçada do escravo. A comparação entre os dois grupos ressalta que a categoria raça se sobrepunha, paradoxalmente, até aos limites da nacionalidade na disputa interna do pertencimento à Nação: os estrangeiros, por serem brancos, conseguiam se posicionar rapidamente no território, em contrapartida, os negros permaneciam sendo excluídos do acesso pleno à cidadania.

A falta de conhecimento do mundo letrado é visto por ela como o problema central, responsável por manter um estado inalterável de desigualdade entre brancos e negros, entre cidadãos brasileiros e sub-cidadãos sub-brasileiros: “*Eu notava que os pretos não sabiam ler. Nunca vi um livro na mão de um negro. Os negros não serviam o exército porque não eram registrados, não eram sorteados. Eles diziam: – É orgulho. Só os brancos que são considerados brasileiros. Ninguém na minha família tinha registro*”. (p. 121).

Não saber ler, não ser oficialmente registrado, não ter direito ao voto – não acessar os atributos da cidadania brasileira, estar desapossado da possibilidade de escrever a história, de inscrever-se na História (MIRANDA, 2019): aspectos que compunham a experiência histórica dos negros no pós-abolição. “Só os brancos eram considerados brasileiros” – os negros eram mantidos como sub-cidadãos dentro da nação. Pois a constituição de sujeito nacional legítimo passava por uma especificidade de raça.



A presença de imigrantes e a sua rápida adaptação às instâncias de privilégio ilumina ainda outro aspecto especialmente marcante na trajetória de Carolina: o fato dela não permanecer parada em um mesmo lugar, de caminhar, migrar, se locomover. De fato, em *Quarto de despejo*, a narradora/protagonista é marcada pelo ato de andar pelas ruas da cidade, atravessando as fronteiras estipuladas. Em *Diário de Bitita*, mostra-se o princípio dessa **busca por um lugar**, com a travessia, a pé, por diversas localidades interioranas: Carolina se torna uma caminhante, passando por diversas cidades do interior mineiro e depois paulista, em busca de condições de vida que lhe garantissem o mínimo para viver. Por essa ótica do deslocamento – ponto crucial da diáspora – também a autora deslinda a premência da raça como instaurador da diferença. Diferente dos italianos (sírios e japoneses aparecem com menos frequência na narrativa), que chegaram ao território brasileiro a convite do Estado, os negros, trazidos à força como escravos, lutavam ainda para se encontrar dentro dos limites da categoria de brasileiro.

Sabe, Carolina, muitas pessoas lutaram para a libertação de vocês. Mas vocês não tem apego a nada. Parecem esquilos. Eu acho vocês, negros, um povo muito difícil. Se vocês são desorganizados, é porque vocês querem. O que é que você lucra com suas andanças? Dá a impressão que vocês chegam nas nossas casas só para investigar algo e depois partem. (Jesus, 1986, p. 192).

A mentalidade escravocrata da cidade vai fazendo com que ela se afaste definitivamente de Sacramento, onde tudo permanecia igual: “(...) *Havia recebido cartas de minha mãe. Que a polícia estava espancando o meu tio Antônio. Fiquei pensando na minha família, eram todos analfabetos (...)*” (p. 201). A resposta que Carolina dá a sua mãe é impactante: “*Respondi a carta de minha mãe pedindo para que não falasse. Os pobres tem que ser afônicos. Viver no nosso país como se fossemos estrangeiros*” (p. 201).



Essa ideia de que a nação brasileira não estava disponível nem acessível para os negros é latente na obra (publicada) de Carolina Maria de Jesus como um todo, e está profundamente conectada à percepção de que a abolição não se concretizou completamente, de modo que ainda não teria havido, na perspectiva dela, a transição real do lugar de ex-escravo para a categoria de sujeito nacional, com todos os direitos e atribuições que essa categoria implica.

De fato, a percepção de profunda descontinuidade entre a Abolição e a liberdade como garantidora de direitos à cidadania é patente de forma transversal na obra de Carolina Maria de Jesus. Seu argumento está principalmente concentrado nas passagens em que ela reflete sobre a opressão racial continuada sobre o negro, problematizando os sentidos do 13 de maio. Em sua escrita nos diários a data nunca passa incólume.

13 de maio de 1958. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia em que comemoramos a libertação dos escravos... Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos tratam com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes. Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. **Era a reprise do espetáculo.** Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 32, grifos meus).

A reflexão sobre o 13 de maio está presente também em *Casa de Alvenaria*: sucinta e irônica, Carolina Maria de Jesus posiciona sua crítica à manutenção da racialização dos privilégios e opressões, sustentando uma continuidade histórica não interrompida com o ato da abolição: “*Hoje é 13 de maio, dia consagrado aos pretos, que vivem tranquilos mesclados com os brancos. Hoje é um dia que nós os pretos do Brasil podemos bradar: – Viva os brancos!*” (JESUS, 1961, p. 177).

Esses apontamentos acerca do 13 de maio refletem a experiência de Carolina na grande cidade. Somados à narrativa das suas vivências no interior rural,



constroem uma cartografia da colonialidade brasileira, salientando as continuidades em relação aos desafios que a população negra ainda enfrentava. Suas narrativas em *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria* conectam temporalidades ao mostrar, no meio século XX, a acentuação da pobreza dos negros na contramão do “milagre econômico” brasileiro, atualizando aquilo que a História diz pertencer ao passado: ruínas do colonial em vivo funcionamento.

Outrossim, em *Diário de Bitita*, a presença tangente do cativo é perceptível no cotidiano das pessoas negras, nas dificuldades que enfrentam. “*Para mim a escravidão havia amainado apenas um pouquinho. Era horroroso ver os colonos andarem com as roupas rasgadas, remendadas, como se fossem mendigos*”. (p. 159). Mas não é só isso. Nessa obra, assim como em *Pedaços da fome*, a autora acentua a permanência da colonialidade construindo também o sujeito branco, edificando sua visão de mundo e o seu devir.

Em suma, *Diário de Bitita* pode ser conjugado a partir de três grandes matérias interligadas, interdependentes e consequentes – o racismo, atuante como sistema organizador da vida (de negros e brancos) depois do fim da escravidão; a colonialidade como um moto-contínuo, entranhada nas instituições, na economia e nas subjetividades; resultando dos dois pontos primeiros, o corolário da não assimilação do sujeito negro pobre à nação, reivindicada por meio dos discursos que se cruzam no narrado.

A narrativa chega ao final nos idos de 1936. Nesse momento, surge a Carolina uma oportunidade de acessar a cidade de São Paulo. *Diário de Bitita* termina anunciando a utopia que a autora alimentava em torno da metrópole moderna: “*Que cidade progressista! São Paulo deve ser o figurino para que este país se transforme num bom Brasil para os brasileiros*” (p. 202-3). Utopia, ou ironia, pois, como sabemos, essa esperança dará lugar a uma experiência profundamente



distópica, narrada em *Quarto de despejo*, na qual a autora vai pontuar a marginalização dos negros pobres como o epicentro da modernidade nacional.

Em *Diário de Bitita*, a autora apresenta uma cartografia das relações de poder materializadas na desigualdade racial, fazendo com que a protagonista projete na metrópole uma linha de fuga que lhe permitisse escapar do contexto rural estagnado delimitando a fronteira entre dominadores e dominados. Mas a linha de fuga é falha para ela, porque a metrópole irá reescrever a mesma divisão, conforme lemos em *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria*. Já em *Pedaços da fome* a ficção trabalha o mesmo ponto por meio do roteiro de uma jovem branca herdeira que performa a antiga sinhá de outros tempos, que migra do interior à metrópole, onde vive a experiência transitória da subalternidade, rompida por uma condição de privilégio permanente.

A leitura das obras em paralelo anuncia um projeto literário definido, pautado na materialidade de um pensamento autoral sobre a nação: pelas linhas de Carolina Maria de Jesus, desvela-se uma continuidade dos processos coloniais de organização do mundo, processos coloniais de subjetivação e de constituição/manutenção de lugares racializados de poder e de subalternidade. Processos que o pensamento (incluindo a literatura) nacional canônico optou por manter em silêncio, ocultados.

Essa visada crítica é sempre costurada pela autora através da intersecção entre raça, gênero e classe. O desvendar de sua potência demanda, por parte do leitor, o entendimento de que Carolina Maria de Jesus foi uma intelectual que, através da escrita literária, produziu um pensamento sobre a nação, sobre a modernidade nacional, sobre o poder e sobre a margem, problematizando o imaginário dominante. Uma intelectual que fraturou a harmonia do cenário ao alçar a máxima potência a sua existência de mulher negra ativa, aguerrida em seu pensamento articulado.



Vol. 17, nº 2 (2019)

Referências

- CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6, 1991.
- CASTRO, Eliana de Moura & MACHADO, Marília Novais de Mata. **Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus.** BH: C/Arte, 2007.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo, diário de uma favelada.** São Paulo: JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada.** São Paulo: Francisco Alves, 1961.
- JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da fome.** São Paulo: Ed. Águila, 1963.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Silêncios Prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006).** Rio de Janeiro: Editora Malê, 2019.